

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREAS PROTEGIDAS – UMA ABORDAGEM CRÍTICA PARA EDUCADORES EM FORMAÇÃO

Maria Teresa de Jesus Gouveia¹ & Maryane Vieira Saisse²

Este trabalho apresenta uma proposta pedagógica voltada à formação de educadores ambientais para atuação em áreas protegidas. Parte de princípios e diretrizes comuns à educação ambiental propriamente dita, recortando com entendimentos pautados na abordagem sistêmica e na complexidade para ministrar o conteúdo, e na prática dialógica aplicada em campo. A experiência foi desenvolvida em um curso de especialização em educação ambiental com um corpo discente multidisciplinar e multifacetado considerando idades, experiências e expectativas.

O desafio de desenvolver ações de educação ambiental em áreas protegidas parte da premissa de que usualmente estão voltadas a trabalhar sob a temática de conservação de recursos naturais sob o manto da proteção almejada, seja ela integral ou de uso sustentável (Diegues, 2000, Terborgh, 2002). Contudo há questionamentos e hipóteses, ambos calcados numa abordagem histórica da práxis. Qual o caminho trilhado pela educação ambiental em áreas protegidas? Consideramos que, na maior parte das vezes, aquele no qual a visão conservacionista prevalece, com proposta de conservação de recursos naturais, com divulgação de informações sobre o ecossistema representado e de restrições de uso, geralmente recorrendo-se às trilhas interpretativas. Historicamente uma abordagem presente e aplicada especialmente para Unidades de Conservação de Proteção Integral previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação –SNUC (Bernardes, 1988).

Outra questão versa sobre o que se propõem os educadores ambientais para tais áreas. Nossa hipótese é que considerando a prática de atrelar educação ambiental à conservação da natureza deixa-se de tratar de temas inerentes à conservação inserindo questões socioambientais.

Este trabalho desenvolve uma experiência de formação de educadores ambientais, vivenciada no curso de Pós-graduação *latu sensu* de Educação Ambiental, realizado entre os anos de 2005 e 2006, na Escola Nacional de Botânica Tropical, unidade do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. No Curso, especificamente no módulo “A Educação Ambiental em áreas Protegidas”, os questionamentos são colocados e as hipótese

¹ Núcleo de Educação Ambiental - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico Rio de Janeiro

² Núcleo de Educação Ambiental - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico Rio de Janeiro

trabalhadas apresentando o conteúdo da disciplina sob o paradigma que compreende a abordagem sistêmica e a complexidade ambiental, apoiadas em Morin(2000), constituindo assim uma nova base de reflexão e construção de ações de educação ambiental para áreas protegidas, tendo ainda como base as orientações contidas no Programa de Formação de Educadores Ambientais (PROFEA.MMA/MEC, 2006).

Apresentar proposta metodológica com abordagem crítica de educação ambiental em áreas protegidas voltada à formação de educadores.

Elaboração de ementa da disciplina considerando o perfil do corpo discente e o objetivo de formação, a qual inclui a categorização de áreas naturais protegidas, dada pelo SNUC, com acréscimo de outras como Jardins Botânicos e Jardins Zoológicos; a apresentação de conceitos básicos da Ecologia; análise de conteúdo de materiais impressos afins à divulgação e educação distribuídos em áreas protegidas; o exame de práticas de Educação para Gestão Ambiental em unidades de conservação para quais o SNUC prevê participação social; a realização de um exercício em campo com indução à reflexão e construção de possibilidades de ação a partir da indagação provocada por leituras como em Layrargues (2004) “Educar para conservação da biodiversidade implica uma educação conservadora?”

A categorização de Unidades de Conservação dada pelo SNUC, e de Jardins Botânicos e Jardins Zoológicos, foi contextualizada a partir da análise histórica e funcional de cada uma apresentada.

A apresentação de conceitos básicos da Ecologia privilegiou, por meio da abordagem sistêmica e do pensamento complexo, as relações presentes no ambiente considerando desde o conceito de célula ao de biosfera, incluindo cadeia e teia alimentar e ciclos biogeoquímicos. A análise de materiais impressos, realizada sob a forma de dinâmica de grupo, teve como indutor a análise de conteúdo, linguagem e formato. A prática exercitada em categorias de Unidades de Conservação que prevêm a participação social foi exemplificada na análise do caso do Conselho Gestor do Parque Nacional de Jurubatiba, unidade situada no Rio de Janeiro(Loureiro, 2005).

O exercício de campo foi desenvolvido sob o formato de um Roteiro Discutido, considerando-o um método analítico método analítico de possíveis abordagens educativas em áreas protegidas e correlatas. As premissas do método compreendem a EA em espaços de áreas protegidas como múltipla (de público, de temas, de possibilidades) dinâmica (em ritmo,

em influências sazonais, em objetivos) e nem sempre direcionada (na relação ensino/aprendizagem para além do contexto, apropriação de saberes não objetivados).

Entendendo o processo dialógico educativo e a necessária construção coletiva dessa análise, orientamo-nos por indagar se é possível, usando estratégias comuns a esses espaços, como trilhas educativas e roteiros pré-elaborados, abordar pontos favoráveis à uma concepção crítica, que tem como diretriz mudanças na relação sociedade e natureza e que consideram as transformações sociais elementares para essas mudanças. Os principais eixos da discussão no roteiro eram: (i) Qual a EA desejável e/ou possível nessas áreas? (ii) Quais princípios norteadores da EA estarão ressaltados nas atividades educativas previstas (mais encontradas) nessas áreas? e (iii) Quais estarão menos presentes e por quê? Tratava-se com essas questões, num primeiro momento, da necessidade de conhecer as características dos meios físico e sócio ambiental da unidade, além daquelas preconizadas na sua categorização, para que exercidos a abordagem sistêmica e o pensamento complexo, pudesse o educador objetivar o(s) foco(s) do processo educativo, de forma a dar sustentabilidade ao mesmo.

A certificação da coerência com os princípios norteadores da EA nas atividades educativas nessas áreas deve propiciar ao educador validar sempre a teoria na prática, num movimento dialético de construção pela reflexão questão local/questão geral. O entendimento quanto a impedimentos do exercício de certos princípios norteadores, permitirá ao educador a constante análise, e por conseqüência, a avaliação tanto quanto a prática das ações quanto a possibilidade de visualização da dinâmica das relações da sociedade com o ambiente, a qual extrapola o território e seus próprios limites imediatos, englobando questões ambientais presentes em políticas públicas, pertinentes à gestão de recursos naturais.

O Roteiro Discutido se propõe a partir de elementos significantes presentes no percurso viabilizar, mais que as informações iniciais dadas pelo monitor da atividade, uma correlação com o contexto maior que esse elemento abriga, numa situação de debate entre os participantes.

Os pontos abaixo referenciam os trabalhos no arboreto do Jardim Botânico, podendo ser extrapolados para outras áreas protegidas, tendo em vista os conteúdos para reflexão serem comuns:

- Herbário – ícone de produção de conhecimentos científicos: É a divulgação científica instrumento de EA? Quais as contribuições das ciências naturais para a questão ambiental e qual a apropriação que a EA deve fazer desses conhecimentos?
- Imediações limítrofes ao arboreto – limites com meio urbano: Interferência e/ou inclusão da áreas de entorno(moradia, comércio, espaço social) pelas AP's. Intervenção estética:

abordagens, estratégias. Delimitação do espaço: questões técnicas, questões estéticas, questões sócio ambientais.

- Bananeira – presença de espécies exóticas: Como tratar a cultura de subsistência dentro de áreas protegidas? Espécies exóticas, nativas, invasoras, de fora (culturas), de dentro (protegidas).
- Casa do Pescador – cenários artificiais: visão do homem na natureza. Uso de cenários artificiais. O olhar educativo na construção/interpretação dos ambientes/cenários.
- Chá/café/sumaúma – espécies relevantes no contexto das AP's : Abordagem de espécies relevantes. Por que e para quem. Inter-relações necessárias.
- Lago - paisagens: Historicização das paisagens. Necessidade de contextualizar a criação da AP. Importância da abordagem histórica. Capacidade de suporte: abordagem científica ou regulamentação de uso institucional? Sacralização da natureza x Aproximação sociedade-natureza
- Ocupação entorno-ampliação do espaço institucional: Como incorporar a questão da ocupação humana nas AP's com visitantes/ com formadores? Que tratamento?

Visando ampliar a abordagem educativa executada em Áreas Naturais Protegidas, com enfoque na conservação da biodiversidade, sugerimos a adoção da abordagem sistêmica, da complexidade e do processo dialógico, na formação de educadores orientada pelo Programa de Formação de Educadores Ambientais gerido pelo Órgão Gestor de Educação Ambiental, e iniciativas afins, sublinhando a relevância dessas áreas como privilegiadas para o desenvolvimento de ações de educação ambiental.

O exercício de campo, neste caso o Roteiro Discutido, propiciou assimilar os conteúdos anteriores ao mesmo, acrescidos de reflexões e posicionamentos decorrentes de debates, maximizando as possibilidades educativas em trilhas, trazendo questões da complexidade que envolve a temática ambiental para a situação - o locos - da área protegida. Não descartando nem secundarizando questões imponentes nesses espaços como a da biodiversidade, elemento que também deve estar como estruturante na formação de educadores ambientais e que em espaços naturais devem ser privilegiadas, mas colocando-as no contexto maior da questão ambiental, na qual não cabe o desatrelamento dos elementos naturais e suas relações no panorama geral das construções sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERNARDES, Martha Tresinari & MARTINS, Maria Claudia Camurça. Orientações e estratégias para formulação e implantação de projetos de educação ambiental para as comunidades vizinhas às Unidades de Conservação. Brasília, IBDF/COPLAN, 1988.
- DIEGUES, A.C. Etnoconservação: Novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. NUPAUB/USP. São Paulo: Ed. Annablume. 2000 209 p.
- MORIN, Edgar & LE MOIGNE, Jean-Loui. A inteligência da complexidade. São Paulo: Petrópolis, 2000
- LAYRARGUES, Philippe Pomier (org.) Identidades da educação ambiental brasileira / Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.
- LOUREIRO, Carlos Frederico B.(org) Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação 2. ed. (revisada e) atualizada. - Rio de Janeiro: IBAMA, 2005
- PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO DE EDUCADORAS(ES) AMBIENTAIS. PROFEA Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental(MMA/MEC). Série Documentos Técnicos-8. Brasília, 2006
- TERBORGH, John et all (orgs.) Tornando os Parques Eficientes. Estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: Ed. da UFPR / Fundação O Boticário, 2002 518 p.